

# **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO 2012**

## Sumário

1 - Relatório da Administração.....	3
2 - Balanço Patrimonial	
2.1 - Ativo.....	4
2.2 - Passivo.....	5
3 - Demonstração do Resultado.....	6
4 - Demonstração do Resultado Abrangente .....	7
5 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido .....	8
6 - Demonstração dos Fluxos de Caixa .....	9
7 - Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.....	10 - 44
8 - Relatório dos Auditores Independentes.....	45 - 47
9 - Parecer do Conselho Fiscal.....	48
10 - Subscritores das Demonstrações Financeiras.....	49

## **Relatório da Administração**

No exercício de 2012, foram adotadas todas as medidas necessárias para o cumprimento das obrigações legais e regulamentares, bem como a rígida adequação das provisões técnicas, objetivando preservar a situação econômico-financeira da Companhia face ao processo de descontinuidade de suas atividades operacionais.

À vista desse cenário, a Administração focou no aprimoramento dos critérios de reconhecimento, mensuração e quantificação dos ativos e passivos judiciais, principal responsável pelo prejuízo líquido registrado no exercício da ordem de R\$ 15,0 milhões.

Em termos patrimoniais, a COSESP encerrou o exercício com Patrimônio Líquido de R\$ 206,2 milhões e ativos garantidores das reservas técnicas de R\$ 316,2 milhões.

A Administração da Companhia agradece aos seus acionistas, empregados, fornecedores e clientes o apoio e a colaboração recebidos.

São Paulo (SP), janeiro de 2013.

### **A Administração**

## Balço Patrimonial (em R\$ mil)

A T I V O	Nota Expli- cativa	31/12/2012	31/12/2011
<b>CIRCULANTE</b> .....		<b>322.765</b>	<b>353.435</b>
<b>Disponível</b> .....		<b>164</b>	<b>48</b>
Caixa e Bancos .....		164	48
<b>Aplicações</b> .....	<b>5</b>	<b>320.507</b>	<b>351.505</b>
<b>Créditos das Operações com Seguros e Resseguros</b> .....		<b>1.300</b>	<b>922</b>
Prêmios a Receber .....	<b>6.1</b>	136	121
Operações com Seguradoras .....	<b>6.4</b>	827	652
Operações com Resseguradoras .....	<b>6.6</b>	337	149
<b>Outros Créditos Operacionais</b> .....		<b>32</b>	<b>9</b>
<b>Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas</b> .....	<b>7</b>	<b>131</b>	<b>249</b>
<b>Títulos e Créditos a Receber</b> .....		<b>443</b>	<b>498</b>
Títulos e Créditos a Receber .....	<b>8.3</b>	319	267
Créditos Tributários e Previdenciários .....	<b>8.1</b>	70	97
Outros Créditos .....	<b>8.3</b>	54	134
<b>Outros Valores e Bens</b> .....		<b>176</b>	<b>191</b>
Bens a Venda.....		139	156
Outros Valores.....		37	35
<b>Despesas Antecipadas</b> .....		<b>10</b>	<b>12</b>
<b>Custos de Aquisição Diferidos</b> .....		<b>2</b>	<b>1</b>
Seguros.....		2	1
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b> .....		<b>112.733</b>	<b>135.200</b>
<b>Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas</b> .....	<b>7</b>	<b>10.981</b>	<b>11.515</b>
<b>Títulos e Créditos a Receber</b> .....		<b>92.127</b>	<b>113.596</b>
Créditos Tributários e Previdenciários.....	<b>8.1</b>	310	164
Depósitos Judiciais e Fiscais .....	<b>8.2</b>	91.130	112.829
Outros Créditos a Receber.....	<b>8.3</b>	687	603
<b>INVESTIMENTOS</b> .....		<b>7.068</b>	<b>7.530</b>
Participações Societárias.....	<b>9</b>	1.491	1.491
Imóveis Destinados à Renda.....	<b>9</b>	5.577	6.039
<b>IMOBILIZADO</b> .....	<b>10</b>	<b>2.220</b>	<b>2.076</b>
Imóveis .....		1.650	1.788
Bens Móveis .....		570	288
<b>DIFERIDO</b> .....	<b>11</b>	<b>337</b>	<b>483</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b> .....		<b>435.498</b>	<b>488.635</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

## Balço Patrimonial (em R\$ mil)

<b>PASSIVO</b>	<b>Nota Expli- cative</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
<b>CIRCULANTE.....</b>		<b>25.271</b>	<b>26.767</b>
<b>Contas a Pagar.....</b>		<b>1.566</b>	<b>1.706</b>
Obrigações a Pagar.....	<b>12.1</b>	354	695
Impostos e Encargos Sociais a Recolher .....	<b>12.2</b>	284	409
Encargos Trabalhistas .....	<b>12.3</b>	649	599
Impostos e Contribuições .....	<b>12.4</b>	279	3
<b>Débitos de Operações com Seguros e Resseguros...</b>	<b>13</b>	<b>197</b>	<b>175</b>
Prêmios a Restituir .....		4	1
Operações com Resseguradoras .....		17	0
Corretores de Seguros e Resseguros.....		79	79
Outros Débitos Operacionais.....		97	95
<b>Provisões Técnicas - Seguros</b>	<b>14</b>	<b>23.508</b>	<b>24.886</b>
Danos.....		2.366	3.240
Pessoas .....		21.142	21.646
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE.....</b>		<b>204.056</b>	<b>240.657</b>
<b>Contas a Pagar.....</b>		<b>970</b>	<b>1.172</b>
Tributos Diferidos.....	<b>15</b>	970	1.172
<b>Provisões Técnicas - Seguros</b>	<b>14.2</b>	<b>167.821</b>	<b>191.904</b>
Danos.....		48.925	53.942
Pessoas .....		118.896	137.962
<b>Outros Débitos.....</b>	<b>17</b>	<b>35.265</b>	<b>47.581</b>
Provisões Judiciais .....		35.265	47.581
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....</b>	<b>19</b>	<b>206.171</b>	<b>221.211</b>
Capital Social.....		120.000	120.000
Reservas de Lucros.....		86.292	101.332
( - ) Ações em Tesouraria.....		(114)	(114)
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários.....		(7)	(7)
<b>TOTAL DO PASSIVO .....</b>		<b>435.498</b>	<b>488.635</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

## Demonstração do Resultado (em R\$ mil)

	Nota Explica tiva	31/12/2012	31/12/2011
Prêmios Emitidos .....	21	1.755	1.673
Variações das Provisões Técnicas de Prêmios.....	22	2.695	(10.316)
Prêmios Ganhos.....		4.450	(8.643)
Sinistros Ocorridos.....	23	(21.738)	(19.013)
Custos de Aquisição.....		1	2
Outras Receitas e Despesas Operacionais.....	24	(13.908)	7.750
Resultado com Resseguro.....		(350)	(73)
Despesas Administrativas.....	25	(10.038)	(8.369)
Despesas com Tributos.....	26	(948)	(637)
Resultado Financeiro.....	27	25.154	38.758
Resultado Patrimonial.....	28	1.314	1.190
<b>Resultado Operacional.....</b>		<b>(16.063)</b>	<b>10.965</b>
Ganhos ou Perdas com ativos não correntes.....		878	581
<b>Resultado Antes dos Impostos e Participações.....</b>		<b>(15.185)</b>	<b>11.546</b>
Imposto de Renda.....	30	126	105
Contribuição Social.....	30	76	65
Participações sobre o Resultado.....		(57)	(166)
<b>Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício.....</b>		<b>(15.040)</b>	<b>11.550</b>
Quantidade de Ações .....		120.000	120.000
<b>Lucro líquido (Prejuízo) do Exercício por Ação (lote de 1.000 ações) - R\$ .....</b>		<b>(125,33)</b>	<b>96,25</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

**Demonstração do Resultado Abrangente (em R\$ mil)**

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Lucro líquido (Prejuízo) do Exercício.....</b>	<b>(15.040)</b>	<b>11.550</b>
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários.....	(7)	(7)
<b>Total do Lucro (Prejuízo) Abrangente do Exercício.....</b>	<b>(15.047)</b>	<b>11.543</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (em R\$ mil)

	Capital Social	Reservas de Lucros		Ações em Tesouraria	Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido Total
		Reserva Legal	Reserva Estatutária				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	120.000	10.162	84.865	(114)	(7)	0	214.906
Lucro Líquido do Exercício	0	0	0	0	0	11.550	11.550
Transferência entre Reservas	0	577	5.728	0	0	(6.305)	0
Juros sobre o Capital Próprio imputados aos Dividendos	0	0	0	0	0	(2.743)	(2.743)
Juros sobre o Capital Próprio	0	0	0	0	0	(2.502)	(2.502)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	120.000	10.739	90.593	(114)	(7)	0	221.211
Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	0	(15.040)	(15.040)
Transferência entre Reservas	0	0	(15.040)	0	0	15.040	0
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	120.000	10.739	75.553	(114)	(7)	0	206.171

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.



## Demonstração dos Fluxos de Caixa (em R\$ mil)

	31/12/2012	31/12/2011
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Recebimento de Prêmios de Seguros	1.779	1.661
Recuperação de Sinistros e Comissões	4.854	3.010
Outros Recebimentos Operacionais (Salvados, Ressarcimentos e Outros)	95	735
Pagamentos de Sinistros e Comissões	(22.915)	(14.451)
Pagamentos de Despesas com Operações de Seguros e Resseguros	(55)	(10)
Pagamentos de Despesas e Obrigações	(8.698)	(9.200)
Pagamento de Indenizações e Despesas em Processos Judiciais	(9.809)	(1.705)
Outros Pagamentos Operacionais	(65)	(55)
Recebimentos de Juros e Dividendos	1.357	1.260
Constituição de Depósitos Judiciais	(29.824)	(24.137)
Resgates de Depósitos Judiciais	2.778	3.165
Pagamento de Participações nos Resultados	(177)	(203)
<b>CAIXA CONSUMIDO PELAS OPERAÇÕES</b>	<b>(60.680)</b>	<b>(39.930)</b>
Impostos e Contribuições Pagos	(1.300)	(1.340)
Outros Recebimentos	4.335	3.052
Investimentos Financeiros:		
Aplicações	(1.900)	(1.450)
Vendas e Resgates	60.023	45.107
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>478</b>	<b>5.439</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Pagamento pela Compra de Ativo Permanente:		
Imobilizado	(397)	(53)
Recebimento pela Venda de Ativo Permanente:		
Imobilizado	35	-
<b>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(362)</b>	<b>(53)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	-	(5.347)
<b>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>-</b>	<b>(5.347)</b>
<b>AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>116</b>	<b>39</b>
SALDO DE CAIXA + EQUIVALENTE NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	48	9
SALDO DE CAIXA + EQUIVALENTE NO FINAL DO EXERCÍCIO	164	48
<b>AUMENTO NAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>116</b>	<b>39</b>
<b>AUMENTO / (DIMINUIÇÃO) NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS LIVRES</b>	<b>(42.475)</b>	<b>43.358</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (em R\$ mil)

### 1. Contexto operacional

A Companhia de Seguros do Estado de São Paulo (“Companhia” ou “COSESP”) é uma sociedade de capital fechado, constituída em 29/09/1967, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP a operar na modalidade de seguros de pessoas e danos em todo território nacional, com sede na Rua Pamplona, 227, São Paulo/SP, e que tem como principal acionista a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

Desde o exercício de 2007, a Companhia não comercializa novos seguros de pessoas e de bens, em virtude do processo de encerramento de seus negócios, mantendo apenas a emissão provisória de apólices do ramo vida em grupo por ordens judiciais em decisões de tutela antecipada, medida cautelar ou medida liminar, obrigando a Companhia a manter a cobertura securitária.

Uma vez determinada judicialmente a reativação da apólice, a operação caracteriza-se como uma operação de seguro, passando a Companhia a seguir as normas e critérios estabelecidos pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Em 25 de julho de 2009, a Procuradoria Federal indeferiu pedido de reconsideração formulado pela COSESP contra o indeferimento do pedido de autorização prévia para ingressar em regime de liquidação voluntária.

Em 22 de dezembro de 2009, o artigo 9º da Lei nº 13.286/2008, foi alterado com a publicação da Lei nº 13.917, que passou a autorizar o Poder Executivo do Estado de São Paulo a alienar as ações de propriedade do Estado, representativas do capital social da COSESP, mediante avaliação prévia e observadas as disposições aplicáveis da Lei Federal nº 8.666/1993, bem como deliberar sobre a liquidação e subsequente extinção da COSESP, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976 e alterações posteriores. A Administração da Companhia continua preparando suas demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade normal dos negócios, e, assim, as demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores dos ativos ou a classificação de passivos, bem como seus efeitos no patrimônio líquido ajustado caso a Companhia venha a ser liquidada e subsequentemente extinta.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 31 de janeiro de 2013.

## 2. Critérios de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, que incluem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pela SUSEP por meio da Circular nº 430, de 5 de março de 2012.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico como base de valor, com exceção para os ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

### 2.1 Moeda funcional e de apresentação

A moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia atua, utilizada na preparação das demonstrações financeiras, é o Real (R\$).

### 2.2 Estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é requerida a usar seu julgamento na determinação de estimativas que levam em consideração pressupostos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas e julgamentos críticos considerados na aplicação das práticas contábeis, que podem apresentar efeitos significativos nos saldos registrados nas demonstrações financeiras, e, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão descritas nas notas explicativas apresentadas abaixo:

- Nota 5 – Ativos financeiros - Aplicações financeiras;
- Nota 8.1 – Créditos tributários e previdenciários;
- Nota 14 – Provisões técnicas - seguros e resseguros;
- Nota 17 – Provisões judiciais.

### **3. Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão assim definidas:

#### **3.1 Contratos de seguros**

Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico e adverso ao segurado é classificado como um contrato de seguro. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a reativação das apólices vem sendo efetuada por determinação judicial, sendo os riscos emitidos caracterizados como contratos de seguros.

#### **3.2 Caixa e equivalente de caixa**

Incluem o saldo em caixa e os depósitos bancários utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

#### **3.3 Instrumentos financeiros - Aplicações**

A Companhia determina a classificação inicial de seus instrumentos financeiros nas seguintes categorias: valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

##### **i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Nesta categoria são classificados os ativos financeiros mantidos para negociação, cujo reconhecimento e a avaliação são pelo valor justo.

Os ativos desta categoria são classificados no ativo circulante. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações na mensuração ao valor justo dos respectivos ativos são registrados e apresentados na demonstração do resultado do exercício em que ocorrerem.

##### **ii) Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis compreendem ativos financeiros com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos. Estes ativos são reconhecidos pelo valor justo,

somados os custos de transação diretamente atribuíveis, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, e compreendem, substancialmente, os créditos das operações de seguros, resseguros e outros recebíveis.

### **iii) Ativos financeiros disponíveis para venda**

Incluem-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários que não se enquadrem na categoria títulos para negociação mensurados ao valor justo por meio do resultado ou empréstimos e recebíveis.

O valor contábil dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria ativos financeiros disponíveis para venda é ajustado ao valor de mercado, pelo menos por ocasião dos balancetes e balanços, computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários. Os ganhos e perdas não realizados registrados em conta do patrimônio líquido são apropriados ao resultado do período em que ocorrer a venda desses títulos.

### **iv) Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros**

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou a ausência de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado do período correspondente.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

#### **v) Valor justo dos ativos financeiros**

As quotas do fundo exclusivo, lastreado em papéis do tesouro nacional, são valorizadas pelo valor da quota informado pelo administrador do fundo na data de encerramento do balanço. Os ativos do referido fundo de investimento são ajustados ao valor justo, em consonância com a regulamentação específica aplicável a essas entidades.

### **3.4 Créditos Tributários**

Os créditos tributários decorrente de prejuízos fiscais de imposto de renda (IRPJ) e de bases negativas de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) foram constituídos com base nas alíquotas vigentes na data base das demonstrações financeiras.

### **3.5 Ativos de resseguros**

Os ativos de resseguros compreendem, substancialmente, as parcelas correspondentes às indenizações pagas aos segurados ou pendentes de liquidação, que são recuperadas junto ao IRB.

Uma provisão para redução ao valor recuperável dos ativos por contrato de resseguro é constituída quando houver evidências objetivas de que os valores possam não ser recebidos e o valor da perda possa ser mensurado de forma confiável. A análise de recuperabilidade é realizada no mínimo a cada data de balanço.

### **3.6 Ativos não circulantes**

#### **i) Investimentos**

É composto, substancialmente, por imóveis destinados à renda, e foram registrados pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada e perdas por *impairment* acumuladas, quando aplicável.

#### **ii) Imobilizado**

O ativo imobilizado é avaliado pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear.

As vidas úteis utilizadas para cálculo da depreciação são as seguintes: Imóveis de uso e destinados à renda 25 (vinte e cinco) anos; Móveis, utensílios, máquinas e equipamentos 10 (dez) anos; e Equipamentos de informática e Veículos 5 (cinco) anos.

### iii) Ativo Diferido

O ativo diferido está demonstrado ao custo e a amortização é calculada pelo método linear, levando-se em consideração o prazo de 10 anos. A taxa anual de amortização das Despesas de Organização e Instalação é 10%. A amortização é calculada sobre o custo do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear.

## 3.7 Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na Resolução CNSP nº 162/2006 e alterações posteriores.

### i) Provisão de prêmios não ganhos – PPNG

É calculada em base “*pró-rata*” dia sobre os prêmios retidos correspondentes ao período de cobertura do risco ainda não decorrido dos contratos de seguros. O fato gerador da constituição dessa provisão é a emissão da apólice de seguros ou de um endosso que modifique o valor do prêmio.

### ii) Provisão para insuficiência de prêmios – PIP

A Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP) representa a necessidade de cobertura de possíveis insuficiências nas provisões de prêmios para cobertura das obrigações futuras relacionadas aos contratos de seguros, e foi registrada para as apólices cuja reativação está determinada por decisão judicial. A Companhia segmentou o grupo de apólices em dois grupos distintos:

- a) O primeiro está composto por apólices com decisão em segunda instância e ações transitadas em julgado desfavoravelmente à Companhia (Grupo A); e
- b) O segundo corresponde às apólices que ainda estão em fase inicial de discussão judicial ou com decisão favorável à Companhia (Grupo B).

O cálculo da PIP para o Grupo A considera a cobertura dos contratos/apólices como sendo vitalícia, e monta em 31 de dezembro de 2012 R\$ 2.790 (R\$ 7.217 em 2011). A redução no valor da provisão deve-se a uma recente decisão favorável à Companhia em uma das ações judiciais que estavam em andamento.

A provisão para o restante das apólices (Grupo B), que ainda estão em fase inicial de discussão no judiciário ou com decisão favorável à Companhia, representa a projeção dos

prêmios à receber e das despesas correspondentes (fluxo de caixa), considerando, contudo, a vigência de doze meses, e monta em 31 de dezembro de 2012 R\$ 4.829 (R\$ 3.107 em 2011), registrada devido às incertezas relativas às futuras decisões judiciais.

A tábua de mortalidade utilizada foi a BR-EMS. Adicionalmente, à obrigação primária correspondente à cobertura de morte, o cálculo também considera as coberturas adicionais, tais como IPA (Invalidez Permanente por Acidente), IPD (Invalidez Permanente por Doença) e Cláusula cônjuge.

A PIP registrada refere-se às apólices fechadas com renovação anual automática só rescindível por vontade do segurado sem previsão de reajuste do prêmio por mudança de faixa etária dos segurados.

O fluxo de caixa foi projetado como segue:

- ✓ Fluxo futuro dos sinistros a pagar (ocorridos e a ocorrer) com base na tábua de mortalidade mais aderente à experiência do grupo de apólices;
- ✓ Prêmios futuros, considerando a taxa de cancelamento zero, pela característica de apólices reativadas judicialmente;
- ✓ Comissões futuras, que, pela característica da carteira, que considera segurados reativados judicialmente, inexistem premissa relacionada ao corretor;
- ✓ Despesas administrativas futuras necessárias para manutenção das apólices, considerando os padrões de mercado para manter este grupo de apólices até sua extinção, além do fluxo das despesas judiciais estimadas pela própria característica da massa de segurados.

O resultado da projeção futura de prêmios, deduzidas as despesas administrativas, judiciais e sinistros futuros, é trazido a valor presente considerando a projeção de taxa de juros linear em um cenário de longo prazo.

### **iii) Provisão de sinistros a liquidar – PSL**

A provisão de sinistros a liquidar é constituída por estimativa de pagamentos de indenizações prováveis, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data das demonstrações financeiras. A parcela da referida provisão que se encontra em discussão judicial está classificada no passivo não circulante.



#### **iv) Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR**

A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados é constituída para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados pelos segurados/beneficiários. A metodologia considera os sinistros avisados, pagos ou ainda pendentes de pagamento, considerando eventuais ajustes decorrentes da regulação, utilizando técnicas estatísticas e atuariais aplicadas sobre informações históricas para o período de 96 meses.

#### **v) Provisão Complementar de Prêmios – PCP**

A Provisão Complementar de Prêmios é constituída mensalmente para complementar a Provisão de prêmios não ganhos – PPNG. O cálculo é efetuado pró-rata dia e leva em consideração todos os riscos vigentes e não vigentes, os prêmios retidos e as datas de início e fim de vigência do risco, sendo comparado com a PPNG constituída.

### **3.8 Teste de adequação de passivos**

Conforme requerido pelo CPC 11, complementado pela Circular SUSEP nº 457/2012, as sociedades seguradoras devem elaborar a cada de balanço o teste de adequação dos passivos (TAP) para todos os contratos vigentes na data de execução do teste, com o objetivo de avaliar as obrigações decorrentes dos contratos e certificados dos planos de seguro.

O teste de adequação de passivos levou em consideração todos os riscos assumidos até a data-base do teste, sendo brutos de resseguro. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas dos fluxos de caixa e a soma contábil das provisões técnicas, exceto a Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP), na data-base, deduzida dos ativos intangíveis e dos custos de aquisição diferidos diretamente relacionados aos contratos de seguros.

Em linha com o que determina a Circular SUSEP nº 457/2012, o cálculo das estimativas de sobrevivência e de morte foram efetuados utilizando-se a tábua atuarial BR-EMS. As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram trazidas a valor presente com base na estrutura a termo das taxas de juros (ETTJ) livre de risco divulgada pela SUSEP, utilizando o indexador de taxa pré-fixada. Incluem-se também as despesas com a liquidação de sinistros utilizando premissas atuais para o teste. Para este teste, os contratos são agrupados em uma base com características de risco similares.

Caso o resultado do teste de adequação do passivo seja positivo, deverá ser reconhecido imediatamente na Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP) na data do teste.

O cálculo realizado para a data-base de 31 de dezembro de 2012, com base nas premissas acima descritas, apresentou insuficiência. A insuficiência apurada já está reconhecida no valor da PIP provisionada em 31 de dezembro de 2012.

### **3.9 Passivos financeiros**

As obrigações a pagar aos fornecedores são obrigações demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias incorridas até a data-base das demonstrações financeiras.

### **3.10 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

#### **i) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

#### **ii) Passivos contingentes (ações judiciais não relacionadas a sinistros)**

São constituídos levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não são divulgados.

#### **iii) Obrigações legais - Fiscais e previdenciárias**

Decorrem de um contrato (por meio de termos explícitos ou implícitos), de uma legislação ou de outro dispositivo legal, e têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

### **3.11 Patrimônio Líquido**

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

A recompra das ações próprias é registrada pelo valor pago incluindo o custo da transação, e apresentada como conta redutora do patrimônio líquido.

A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras no final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

### **3.12 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício, e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço.

## **4. Gestão de risco financeiro**

### **4.1 Risco de subscrição**

O risco de seguro é o risco transferido por qualquer contrato onde há a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde há incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Dentro do risco de seguro, destaca-se também o risco de subscrição que advém de uma situação econômica adversa que contraria às expectativas da entidade no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes tanto na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas e cálculo de prêmios e contribuições. Em síntese é o risco de que a frequência ou a severidade de sinistros ou benefícios ocorridos sejam maiores do que aqueles estimados.

Conforme mencionado nas Notas Explicativas 1 e 3.1, a Companhia subscreve riscos devido a decisões judiciais e, conseqüentemente, a medida que tais riscos não levam em conta o equilíbrio atuarial, uma provisão para insuficiência de prêmios é reconhecida.

#### **i) Incertezas na estimativa de pagamentos futuros de sinistros**

Os sinistros são devidos à medida que ocorridos. A Companhia deve efetuar a indenização de todos os eventos cobertos ocorridos durante a vigência da apólice, mesmo que a perda seja descoberta após o término da vigência desta. Como resultado, os sinistros são avisados ao longo de um período, e parte significativa destes sinistros está relacionada à Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR). O custo estimado de sinistro inclui despesas diretas a serem incorridas na sua liquidação.

### **4.2 Risco operacional**

O risco operacional é representado pela possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, ineficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, de eventos externos, deficiências em contratos, descumprimentos de dispositivos legais, práticas comerciais inadequadas, e indenização por danos a terceiros. Essa definição inclui o Risco Legal.

A Companhia mantém políticas definidas para as subscrições e pagamentos de apólices vigentes e um quadro funcional experiente no monitoramento e gerenciamento das obrigações atuais. Devido ao fato de a Companhia manter um restrito nível de subscrição, a

estrutura administrativa é compatível às necessidades atuais para que o risco operacional seja igualmente monitorado *vis-à-vis* as competências necessárias.

A Companhia mantém suas operações totalmente concentrada no estado de São Paulo.

#### 4.3 Risco de crédito

O risco de crédito ao qual a Companhia está exposta consiste na possibilidade da contraparte não cumprir com suas obrigações, financeiras ou não, causando perdas de benefícios econômicos à Companhia. As perdas estão relacionadas aos recursos que não mais serão recebidos. A Companhia dispõe de política de provisão para devedores duvidosos e procedimentos visando mitigar sua exposição a risco de crédito.

O gerenciamento do risco de crédito financeiro da Companhia consiste, entre outros, no cumprimento do Decreto Estadual nº. 55.357, de 18 de janeiro de 2010, que determina que a COESP centralize as operações de natureza financeira, inclusive aplicações financeiras, exclusivamente no Banco do Brasil S.A. Em observância à legislação mencionada, os ativos financeiros da Companhia estão aplicados naquela instituição em um fundo exclusivo lastreado em papéis do tesouro nacional. Desta forma a única exposição ao risco de crédito dos investimentos da Companhia em 31 de dezembro de 2012 é o risco país, o qual é classificado com o rating interno "AAA" pela Fitch".

#### 4.4 Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perdas financeiras por oscilação de preços, índices e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia.

O gerenciamento do risco de mercado da Companhia consiste no acompanhamento do *VaR* (*Value at Risk*) divulgado pela instituição financeira administradora do fundo exclusivo da Companhia, conforme tabelas abaixo:

Data	Valor de Mercado (R\$)	VaR (R\$)	VaR (%)
31/12/2012	320.383.664,10	20.026,84	0,0063%

Data	Valor de Mercado (R\$)	VaR (R\$)	VaR (%)
31/12/2011	351.404.118,55	128,52	0,0000%

#### 4.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de não existir recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre os seus compromissos.

Com o objetivo de gerenciar o risco de liquidez, a Companhia elabora fluxo de caixa com a previsão contínua das obrigações em comparação com a respectiva disponibilidade de recursos financeiros.

As tabelas a seguir demonstram os ativos e os passivos financeiros da Companhia segregados por prazo e utilizados para monitoramento do risco de liquidez.

Ativos e Passivos Financeiros por Prazo (em R\$ mil)						
Descrição	31/12/2012					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	acima de 1ano	Prazo indeterminado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	164	-	-	-	-	164
Aplicações	320.340	-	-	-	167	320.507
<b>Total dos Ativos Financeiros (1)</b>	<b>320.504</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>167</b>	<b>320.671</b>
Contas a Pagar	917	649	-	-	-	1.566
Débitos de Operações com Seguros	22	-	-	-	175	197
Provisões Técnicas de Seguros	23.508	-	-	-	167.821	191.329
Provisões Judiciais	0	-	-	-	35.265	35.265
<b>Total dos Passivos Financeiros (2)</b>	<b>24.447</b>	<b>649</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>203.261</b>	<b>228.357</b>
<b>Total (1 - 2)</b>	<b>296.057</b>	<b>(649)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(203.094)</b>	<b>92.314</b>

Ativos e Passivos Financeiros por Prazo (em R\$ mil)						
Descrição	31/12/2011					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	acima de 1ano	Prazo indeterminado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	48	-	-	-	-	48
Aplicações	351.311	-	-	-	194	351.505
<b>Total dos Ativos Financeiros (1)</b>	<b>351.359</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>194</b>	<b>351.553</b>
Contas a Pagar	1.540	166	-	-	-	1.706
Débitos de Operações com Seguros	41	-	-	-	134	175
Provisões Técnicas de Seguros	24.886	-	-	-	191.904	216.790
Provisões Judiciais	0	-	-	-	47.581	47.581
<b>Total dos Passivos Financeiros (2)</b>	<b>26.467</b>	<b>166</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>239.619</b>	<b>266.252</b>
<b>Total (1 - 2)</b>	<b>324.892</b>	<b>(166)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(239.425)</b>	<b>85.301</b>

#### 4.6 Patrimônio Líquido Ajustado e Capital Mínimo Requerido

Em dezembro de 2010, o CNSP divulgou as seguintes resoluções que entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2011: (i) Resolução CNSP nº 222/10 – que instituiu regras e procedimentos para o cálculo do patrimônio líquido ajustado; (ii) Resolução CNSP nº 227/10 que dispõe, entre outros assuntos, sobre o capital mínimo requerido; e (iii) Resolução CNSP nº 228/10 que dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco de crédito.

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
(+) Patrimônio Líquido	206.171	221.211
(- ) Despesas Antecipadas	10	12
(- ) Participações Societárias	1.491	1.491
(- ) Ativo Diferido	337	483
<b>(=) Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)</b>	<b>204.333</b>	<b>219.225</b>
a) Prêmios Retidos - últimos 12 meses (0,20)	351	335
b) Sinistros Retidos - últimos 36 meses (0,33)	6.109	5.228
<b>Margem de Solvência - a ou b, o maior (I)</b>	<b>6.109</b>	<b>5.228</b>
<b>Capital base</b>	<b>15.000</b>	<b>15.000</b>
(+) Capital adicional de risco de subscrição	4.004	3.094
(+) Capital adicional de risco de crédito	3.217	2.842
(- ) Benefício da diversificação	(955)	(794)
<b>Capital adicional</b>	<b>6.266</b>	<b>5.142</b>
<b>Capital exigido para operar (base + adicional) (II)</b>	<b>21.266</b>	<b>20.142</b>
<b>Capital mínimo requerido (CMR) - maior entre I e II</b>	<b>21.266</b>	<b>20.142</b>
<b>Suficiência de capital (PLA - CMR)</b>	<b>183.067</b>	<b>199.083</b>

#### 4.7 Análise de Sensibilidade

Devido à situação de encerramento em que se encontra a Companhia, o principal risco do negócio aqui considerado é aquele vinculado à formação do passivo (PIP Provisão de Insuficiência de Prêmios), ou seja, fluxo de caixa presente das apólices reativadas por decisão judicial. Na presente análise de sensibilidade, consideramos o fator de risco taxa de juros, em função da relevância deste nas posições ativas e passivas da Companhia. As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na melhor estimativa de mudanças sobre esta premissa em um cenário e condições normais de mercado. A tabela demonstra a mudança esperada da variável e impacto potencial sobre o resultado do exercício e o Patrimônio Líquido da Companhia.

Fator de Risco	Sensibilidade	Impactos em 31/12/2012	
		Patrimônio Líquido	Resultado
Taxa de juros	+0,5%	160	160
Taxa de juros	- 0,5%	(171)	(171)



## 5. Ativos Financeiros – aplicações financeiras

A classificação e composição dos títulos e valores mobiliários estão assim apresentadas:

### i) Valor justo por meio do resultado:

Títulos	Vencimento		31/12/2012	
	Em até 1 ano	Acima de 1 ano	Valor Contábil/justo	Custo Atualizado
Quotas de fundos de Investimentos:				
<b>Fundos Exclusivos</b>	<b>282.680</b>	<b>37.660</b>	<b>320.340</b>	<b>320.384</b>
LFT	243.912	20.303	264.215	320.384
LTN	0	14.923	14.923	
NTN	0	2.434	2.434	
Operações compromissadas	38.768	0	38.768	
<b>Outras Aplicações (1)</b>	<b>167</b>	<b>0</b>	<b>167</b>	<b>167</b>
<b>Total</b>	<b>282.847</b>	<b>37.660</b>	<b>320.507</b>	<b>320.551</b>

(1) Fundos Retidos do IRB

Títulos	Vencimento		31/12/2011	
	Em até 1 ano	Acima de 1 ano	Valor Contábil/justo	Custo Atualizado
Quotas de fundos de Investimentos:				
<b>Fundos Exclusivos</b>	<b>131.733</b>	<b>219.578</b>	<b>351.311</b>	<b>351.404</b>
LFT	123.516	219.578	343.094	351.404
Operações compromissadas	8.217	0	8.217	
<b>Outras Aplicações (1)</b>	<b>194</b>	<b>0</b>	<b>194</b>	<b>194</b>
<b>Total</b>	<b>131.927</b>	<b>219.578</b>	<b>351.505</b>	<b>351.598</b>

(1) Fundos Retidos do IRB

### 5.1 Hierarquia do valor justo dos ativos financeiros

i) **Nível 1** – preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;

ii) **Nível 2** – informações, além dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (como preço) ou indiretamente (derivados dos preços);

iii) **Nível 3** – Inserções para ativos ou passivos que não são baseados em variáveis de mercado.

<b>Títulos ao valor justo por meio do resultado</b>	<b>31/12/2012 Nível 2</b>	<b>31/12/2011 Nível 2</b>
Fundos de Investimentos - Exclusivo	320.340	351.311
Outras Aplicações	167	194
<b>Total</b>	<b>320.507</b>	<b>351.505</b>

## 5.2 Aplicações financeiras - movimentação

<b>Título</b>	<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>Aquisições</b>	<b>Alienações</b>	<b>Resultado Financeiro</b>	<b>Saldo em 31/12/2012</b>
Quotas de Fundos de Investimentos	351.311	1.900	(60.023)	27.152	320.340
Outras Aplicações	194	0	(27)	0	167
<b>Total</b>	<b>351.505</b>	<b>1.900</b>	<b>(60.050)</b>	<b>27.152</b>	<b>320.507</b>

<b>Título</b>	<b>Saldo em 31/12/2010</b>	<b>Aquisições</b>	<b>Alienações</b>	<b>Resultado Financeiro</b>	<b>Saldo em 31/12/2011</b>
Quotas de Fundos de Investimentos	357.338	1.450	(45.216)	37.739	351.311
Outras Aplicações	193	1	0	0	194
<b>Total</b>	<b>357.531</b>	<b>1.451</b>	<b>(45.216)</b>	<b>37.739</b>	<b>351.505</b>

## 6. Créditos das operações com seguros e resseguros

### 6.1 Prêmios a Receber

Descrição	31/12/2012			31/12/2011		
	Valores a Receber	Provisão p/ Risco de Crédito	Prêmios a Receber Líquido	Valores a Receber	Provisão p/ Risco de Crédito	Prêmios a Receber Líquido
Garantia de Obrigações Contratuais	3	0	3	3	0	3
Vida em Grupo	680	(549)	131	649	(533)	116
Outros	25	(23)	2	25	(23)	2
<b>Total - Circulante</b>	<b>708</b>	<b>(572)</b>	<b>136</b>	<b>677</b>	<b>(556)</b>	<b>121</b>

### 6.2 Prêmios a receber por vencimento

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Vencidos	636	609
A vencer entre 1 e 30 dias	72	68
<b>Total - Circulante</b>	<b>708</b>	<b>677</b>

### 6.3 Movimentação dos prêmios a receber

<b>Prêmios pendentes em 01.01.2011</b>	<b>673</b>
Prêmios emitidos	1.822
Prêmios recebidos / baixados	(1.678)
Prêmios cancelados	(140)
<b>Prêmios pendentes em 31.12.2011</b>	<b>677</b>
Prêmios emitidos	2.102
Prêmios recebidos / baixados	(1.784)
Prêmios cancelados	(287)
<b>Prêmios pendentes em 31.12.2012</b>	<b>708</b>

#### 6.4 Operações com seguradoras

Descrição	31/12/2012			31/12/2011		
	Valores a Receber	Provisão p/ Risco de Crédito	Sinistros a Recuperar Líquido	Valores a Receber	Provisão p/ Risco de Crédito	Sinistros a Recuperar Líquido
Recuperação de sinistros cedidos à Seguradoras	827	0	827	732	(80)	652
<b>Total - Circulante</b>	<b>827</b>	<b>0</b>	<b>827</b>	<b>732</b>	<b>(80)</b>	<b>652</b>

#### 6.5 Movimentação das operações com seguradoras

<b>Operações com seguradoras pendentes em 01.01.2011</b>	<b>284</b>
Valores a recuperar	5.093
Valores recebidos / baixados	(4.645)
<b>Operações com seguradoras pendentes em 31.12.2011</b>	<b>732</b>
Valores a recuperar	7.947
Valores recebidos / baixados	(7.852)
<b>Operações com seguradoras pendentes em 31.12.2012</b>	<b>827</b>

#### 6.6 Operações com resseguradoras

Descrição	31/12/2012			31/12/2011		
	Valores a Receber	Provisão p/ Risco de Crédito	Valores a Receber Líquido	Valores a Receber	Provisão p/ Risco de Crédito	Valores a Receber Líquido
Sinistros pagos	1.242	(905)	337	618	(529)	89
Outros Créditos - IRB	0	0	0	60	0	60
<b>Total - Circulante</b>	<b>1.242</b>	<b>(905)</b>	<b>337</b>	<b>678</b>	<b>(529)</b>	<b>149</b>

### 6.7 Movimentação das operações com resseguradoras

<b>Operações com resseguradoras pendentes em 01.01.2011</b>	<b>342</b>
Valores a recuperar	501
Valores recebidos / baixados	(165)
<b>Operações com resseguradoras pendentes em 31.12.2011</b>	<b>678</b>
Valores a recuperar	893
Valores recebidos / baixados	(329)
<b>Operações com resseguradoras pendentes em 31.12.2012</b>	<b>1.242</b>

### 6.8 Movimentação da provisão para riscos de crédito

A movimentação para risco de crédito das Operações com Seguros e Resseguros é demonstrada na tabela a seguir:

Descrição	Provisão para riscos de créditos			
	Prêmios a Receber	Operações com Seguradoras	Operações com Resseguradoras	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2011</b>	<b>556</b>	-	<b>212</b>	<b>768</b>
Provisões constituídas	167	80	358	605
Reversão de perdas	(167)	-	(41)	(208)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>556</b>	<b>80</b>	<b>529</b>	<b>1.165</b>
Provisões constituídas	32	-	456	488
Reversão de perdas	(16)	(80)	(80)	(176)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>572</b>	-	<b>905</b>	<b>1.477</b>

## 7. Ativos de resseguros – provisões técnicas

Descrição	31/12/2012			31/12/2011		
	Valores a Receber	Provisão p/ Risco de Crédito	Valores a Receber Líquido	Valores a Receber	Provisão p/ Risco de Crédito	Valores a Receber Líquido
Recuperação de sinistros - sinistros pendentes	10.986	0	10.986	11.603	0	11.603
Recuperação de sinistros - IBNR	126	0	126	161	0	161
<b>Total</b>	<b>11.112</b>	<b>0</b>	<b>11.112</b>	<b>11.764</b>	<b>0</b>	<b>11.764</b>
<b>Circulante</b>	<b>131</b>	<b>0</b>	<b>131</b>	<b>249</b>	<b>0</b>	<b>249</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>10.981</b>	<b>0</b>	<b>10.981</b>	<b>11.515</b>	<b>0</b>	<b>11.515</b>

Os valores a receber registrados na rubrica “Ativos de resseguros – provisões técnicas” referem-se à recuperação da parcela de resseguro dos sinistros em discussão judicial.

Os valores a recuperar são constituídos com base nos contratos firmados no passado com o IRB – Brasil Resseguros S.A. Os critérios para registro das respectivas recuperações são os mesmos utilizados para a constituição dos sinistros em discussões judiciais, ou seja, a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a sua complexidade e o posicionamento dos Tribunais.

Os valores são atualizados monetariamente até a data do balanço.

## 8. Títulos e créditos a receber

### 8.1 Créditos tributários e previdenciários

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Imposto de Renda e Contribuição Social a compensar	70	97
PIS a compensar	146	0
Créditos Previdenciários	164	164
<b>Total</b>	<b>380</b>	<b>261</b>
<b>Circulante</b>	<b>70</b>	<b>97</b>
<b>Não circulante</b>	<b>310</b>	<b>164</b>

O saldo referente à PIS a compensar decorre de crédito habilitado pela RFB – Receita Federal do Brasil, oriundo de ação judicial, na qual a Companhia questionava a legalidade da majoração da base de cálculo, introduzida pela Lei nº 9.718/1998.

A Companhia mantém registro de crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais de imposto de renda (IRPJ) e de bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) relativos aos anos de 2010, 2011 e 2012, cujo total monta R\$ 17.117. Atendendo as normas determinadas pela SUSEP, devido aos fatos de a Companhia ter apurado 03 (três) anos de bases negativas no período de 05 (cinco) anos, a provisão de mesmo valor foi constituída.

## 8.2 Depósitos judiciais e fiscais

Descrição	Sinistros	Cíveis e outros	Tributárias	Trabalhistas	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2011</b>	<b>68.644</b>	<b>11.343</b>	<b>10.181</b>	<b>4.550</b>	<b>94.718</b>
Depósitos no período	13.346	7.952	3.057	848	25.203
Baixa / levantamentos no período	(12.947)	(2.008)	(124)	(1.419)	(16.498)
Atualização monetária	6.637	1.171	1.073	525	9.406
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>75.680</b>	<b>18.458</b>	<b>14.187</b>	<b>4.504</b>	<b>112.829</b>
Depósitos no período	18.181	11.268	-	185	29.634
Baixa / levantamentos no período	(42.120)	(14.166)	-	(954)	(57.240)
Atualização monetária	3.715	884	879	429	5.907
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>55.456</b>	<b>16.444</b>	<b>15.066</b>	<b>4.164</b>	<b>91.130</b>

A baixa dos depósitos judiciais apresentada no exercício de 2012 decorre do trânsito em julgado de diversos processos judiciais convertidos em pagamentos ao autor e levantamentos desses recursos a favor da Companhia.

## 8.3 Outros créditos a receber

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
SalDOS bancários bloqueados por decisão judicial	53	133
Consórcio para Regularização do Mercado Segurador	592	485
Créditos operacionais diversos em processos judiciais	23.239	20.695
Outros créditos a receber	623	389
Provisão para riscos de créditos	(23.447)	(20.698)
<b>Total</b>	<b>1.060</b>	<b>1.004</b>
<b>Circulante</b>	<b>373</b>	<b>401</b>
<b>Não circulante</b>	<b>687</b>	<b>603</b>

## 9. Investimentos

Descrição	Taxa de Depreciação a.a.	31/12/2012	31/12/2011
Participações Societárias		1.491	1.491
Imóveis Destinados à Renda	4%	14.858	14.858
(-) Depreciação		(9.281)	(8.819)
Outros Investimentos		649	649
(-) Provisão para Desvalorização		(649)	(649)
<b>Total</b>		<b>7.068</b>	<b>7.530</b>

### 9.1 Movimentação do ativo não circulante – Investimentos

Descrição	Saldo residual 31/12/2011	Aquisições	Baixas	Despesa de depreciação	Saldo residual 31/12/2012
Participações Societárias	1.491	-	-	-	1.491
Imóveis Destinados à Renda	6.039	-	-	462	5.577
<b>Total</b>	<b>7.530</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>462</b>	<b>7.068</b>

## 10. Imobilizado

Descrição	Taxa de Depreciação a.a.	31/12/2012	31/12/2011
Imóveis de uso próprio	4%	4.402	4.421
(-) Depreciação		(2.752)	(2.633)
Equipamentos de Informática	20%	2.739	2.340
(-) Depreciação		(2.345)	(2.330)
Sistemas Aplicativos	20%	2.397	2.397
(-) Depreciação		(2.394)	(2.386)
Equipamentos - Outros	10%	584	584
(-) Depreciação		(538)	(496)
Móveis, Máquinas e Utensílios	10%	900	900
(-) Depreciação		(812)	(770)
Veículos	20%	123	156
(-) Depreciação		(84)	(107)
<b>Total</b>		<b>2.220</b>	<b>2.076</b>



### 10.1 Movimentação do ativo não circulante – Imobilizado

Descrição	Saldo residual 31/12/2011	Aquisições	Baixas	Despesa de depreciação	Saldo residual 31/12/2012
Imóveis de uso próprio	1.788	-	-	(137)	1.651
Equipamentos de Informática	10	397	-	(14)	393
Sistemas Aplicativos	11	-	-	(9)	2
Equipamentos - Outros	88	-	-	(40)	48
Móveis, Máquinas e Utensílios	130	-	-	(42)	88
Veículos	49	-	-	(11)	38
<b>Total</b>	<b>2.076</b>	<b>397</b>	<b>-</b>	<b>(253)</b>	<b>2.220</b>

### 11. Diferido

Descrição	Taxa de Amortização a.a.	31/12/2012	31/12/2011
Organização, Implantação e Instalação	10%	1.351	1.693
Amortização Acumulada		(1.014)	(1.210)
<b>Total</b>		<b>337</b>	<b>483</b>

### 11.1 Movimentação do ativo não circulante – Diferido

Descrição	Saldo residual 31/12/2011	Aquisições	Baixas	Despesa de amortização	Saldo residual 31/12/2012
Organização, Implantação e Instalação	483	-	-	(146)	337
<b>Total</b>	<b>483</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(146)</b>	<b>337</b>

## 12. Contas a pagar

### 12.1 Obrigações a pagar

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Pagamentos a efetuar diversos	354	695
<b>Total</b>	<b>354</b>	<b>695</b>

### 12.2 Impostos e encargos sociais a recolher

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
IOF a recolher, IRRF retido na fonte, Imposto sobre Serviços – ISS, Contribuição Previdenciária e FGTS	284	409
<b>Total</b>	<b>284</b>	<b>409</b>

### 12.3 Encargos trabalhistas

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Férias a pagar	484	446
Encargos Sociais	165	153
<b>Total</b>	<b>649</b>	<b>599</b>

### 12.4 Impostos e encargos sociais a recolher

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
PIS e Cofins a recolher	279	3
<b>Total</b>	<b>279</b>	<b>3</b>

## 13. Débitos de operações com seguros e resseguros

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Comissões e pró-labore sobre prêmios a receber	133	134
Outros	64	41
<b>Total</b>	<b>197</b>	<b>175</b>

## 14. Provisões técnicas – seguros e resseguros

### a) Movimentação das reservas técnicas

Descrição	31/12/2012				
	Saldo inicial	Constituições	Reversões Pagamentos	Atualizações	Saldo Final
Provisão de Sinistros a Liquidar (Administrativa / Judicial)	203.791	78.993	(112.031)	10.480	181.233
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR	2.614	151	(359)	-	2.406
Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG	31	965	(941)	-	55
Provisão de Insuficiência de Prêmios - PIP	10.324	7.047	(9.752)	-	7.619
Provisão Complementar de Prêmios - PCP	30	58	(72)	-	16
<b>Total</b>	<b>216.790</b>	<b>87.214</b>	<b>(123.155)</b>	<b>10.480</b>	<b>191.329</b>

O complemento da Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP) no exercício de 2012 decorre, basicamente, da redução da taxa de juros utilizada no cálculo dos fluxos projetados. A reversão desta mesma reserva decorre da decisão judicial de uma das ações que contestam a possibilidade de encerramento do contrato de seguro de forma unilateral, favoravelmente à Companhia, conforme mencionado na nota explicativa 3.7.ii. Esta decisão, dentro dos critérios estabelecidos em nota técnica atuarial própria, mencionados na nota explicativa 3.7.ii, possibilitou a reversão de parte da PIP.

Descrição	31/12/2011				
	Saldo inicial	Constituições	Reversões Pagamentos	Atualizações	Saldo Final
Provisão de Sinistros a Liquidar (Administrativa / Judicial)	190.631	57.980	(59.900)	15.080	203.791
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR	2.515	340	(241)	0	2.614
Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG	29	735	(733)	0	31
Provisão de Insuficiência de Prêmios - PIP	0	10.349	(25)	0	10.324
Provisão Complementar de Prêmios - PCP	39	6	(15)	0	30
<b>Total</b>	<b>193.214</b>	<b>69.410</b>	<b>(60.914)</b>	<b>15.080</b>	<b>216.790</b>

**b) Composição das reservas técnicas líquida de resseguro**

Descrição	31/12/2012		31/12/2011	
	Bruta de resseguro	Líquida de resseguro	Bruta de resseguro	Líquida de resseguro
Provisão de Prêmios não Ganhos	55	55	31	31
Provisão de Insuficiência de Prêmios	7.619	7.619	10.324	10.324
Provisão Complementar de Prêmios	16	16	30	30
Provisão de Sinistros a Liquidar	181.224	170.237	203.791	192.188
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados	2.415	2.290	2.614	2.453
<b>Total</b>	<b>191.329</b>	<b>180.217</b>	<b>216.790</b>	<b>205.026</b>
<b>Circulante</b>	<b>23.508</b>	<b>23.377</b>	<b>24.886</b>	<b>24.637</b>
<b>Não circulante</b>	<b>167.821</b>	<b>156.840</b>	<b>191.904</b>	<b>180.389</b>

**14.1 Provisão de sinistros a liquidar – circulante**

Descrição	31/12/2012		31/12/2011	
	Bruta de resseguro	Líquida de resseguro	Bruta de resseguro	Líquida de resseguro
Saldo anterior	11.888	11.800	9.062	8.945
Sinistros avisados	4.564	4.500	6.587	6.370
Ajustes de estimativas	(1.620)	(1.567)	(1.538)	(1.461)
Pagamentos	(1.420)	(1.327)	(2.187)	(2.027)
Atualização monetária e juros	-	-	(36)	(27)
<b>Provisão de Sinistro a Liquidar</b>	<b>13.412</b>	<b>13.406</b>	<b>11.888</b>	<b>11.800</b>

**14.2 Provisão de sinistros a liquidar – não circulante**

Descrição	31/12/2012		31/12/2011	
	Bruta de resseguro	Líquida de resseguro	Bruta de resseguro	Líquida de resseguro
Saldo anterior	191.904	180.389	181.569	169.960
Novas constituições no período	74.428	70.328	41.681	36.136
Baixa da provisão por êxito ou alteração de probabilidade	(57.000)	(52.531)	(29.307)	(23.458)
Total pago no período	(51.991)	(51.234)	(17.155)	(17.004)
Atualização monetária e juros	10.480	9.888	15.116	14.755
<b>Provisão de Sinistro a Liquidar</b>	<b>167.821</b>	<b>156.840</b>	<b>191.904</b>	<b>180.389</b>

Os sinistros em discussão judicial no montante de R\$ 167.821 (R\$ 191.904 em 31/12/2011), estão provisionados na rubrica “Provisão de Sinistros a Liquidar – não circulante”, e são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, a sua complexidade e o posicionamento dos Tribunais e são atualizados monetariamente até a data-base das demonstrações financeiras. Conforme segue, apresentamos a composição da responsabilidade total da Companhia dos sinistros discutidos judicialmente.

Chances de Ocorrência	31/12/2012			31/12/2011		
	Qtde. ações	Valor em risco	Valor Provisionado*	Qtde. ações	Valor em risco	Valor Provisionado*
Provável	951	100.218	100.218	1.007	103.121	103.121
Possível	1.786	178.356	85.466	2.397	222.813	109.525
<b>Total</b>	<b>2.737</b>	<b>278.574</b>	<b>185.684</b>	<b>3.404</b>	<b>325.934</b>	<b>212.646</b>

\* Valor bruto de cosseguro cedido.

### 14.3 Tabela de desenvolvimento de sinistro

Data do Aviso	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
No final do ano da divulgação	16.745	4.403	1.827	2.240	2.749	1.849	29.813
1 ano depois	6.356	833	832	307	1.055		9.383
2 anos depois	870	20	23	62			975
3 anos depois	269	180	87				536
4 anos depois	104	42					146
5 anos depois	153						153
<b>Sinistros acumulados</b>	<b>24.497</b>	<b>5.478</b>	<b>2.769</b>	<b>2.609</b>	<b>3.804</b>	<b>1.849</b>	<b>41.006</b>
Pagamentos acumulados	(19.745)	(3.380)	(920)	(587)	(59)	-	(24.691)
<b>Provisão de Sinistro a Liquidar</b>	<b>4.752</b>	<b>2.098</b>	<b>1.849</b>	<b>2.022</b>	<b>3.745</b>	<b>1.849</b>	<b>16.315</b>
PSL anterior a 2007							163.278
PSL Retrocessão - IRB							1.640
<b>Total da Provisão de Sinistro a Liquidar</b>	<b>4.752</b>	<b>2.098</b>	<b>1.849</b>	<b>2.022</b>	<b>3.745</b>	<b>1.849</b>	<b>181.233</b>

#### 14.4 Garantia das provisões técnicas

Em cumprimento as normas vigentes, encontram-se vinculados em garantia das provisões técnicas, os seguintes ativos:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Provisão de Prêmios não Ganhos	55	31
Provisão de Insuficiência de Prêmios	7.619	10.324
Provisão Complementar de Prêmios	16	30
Provisão de Sinistros a Liquidar	181.233	203.791
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados	2.406	2.614
<b>Total de Provisões Técnicas</b>	<b>191.329</b>	<b>216.790</b>
(-) Operações com Resseguradoras	(11.112)	(11.764)
<b>Total a ser coberto</b>	<b>180.217</b>	<b>205.026</b>
Quotas de Fundos de Investimentos	316.170	304.666
<b>Garantias das Provisões Técnicas</b>	<b>316.170</b>	<b>304.666</b>
<b>Suficiência</b>	<b>135.953</b>	<b>99.640</b>

#### 15. Tributos diferidos

Refere-se ao Imposto de Renda e à Contribuição Social sobre a reserva de reavaliação capitalizada. Os tributos incidentes sobre a reavaliação capitalizada totalizam R\$ 970 em 31/12/2012 (R\$ 1.172 em 31/12/2011).

#### 16. Outras contas a pagar – não circulante - adesão à Lei nº 11.941/2009

Refere-se ao Imposto de Renda e à Contribuição Social sobre os resultados de 2000, 1998, 1996 e 1995, não recolhidos em virtude de demandas judiciais, que, atualizados pela taxa SELIC, montavam a R\$ 34.629 em 30/06/2009. O Poder Judiciário concedeu permissão em caráter liminar para a Companhia proceder à compensação integral dos prejuízos fiscais e de base negativa da Contribuição Social existentes em 31/12/1994, com os resultados apurados a partir de 1995, suspendendo assim o recolhimento do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro. Todavia, em 25/03/2009, o Supremo Tribunal Federal – STF decidiu pela constitucionalidade dos artigos 42 e 58, da Lei nº 8.981/95, que limitaram a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa da CSLL, extinguindo qualquer

possibilidade de êxito da COSESP nos processos judiciais mencionados. Em decorrência desses fatos, a Companhia, com a introdução da Lei nº 11.941/2009, que instituiu benefícios aos contribuintes para quitação de débitos junto a Procuradoria da Fazenda Nacional e da Receita Federal do Brasil, tais como redução de multa e juros, bem como a possibilidade de restaurar e utilizar os prejuízos fiscais e base negativa da CSLL compensados anteriormente com base na liminar concedida pelo judiciário, considerando o posicionamento dos advogados patrocinadores para quitação dos processos judiciais com a utilização dos benefícios dessa Lei e com a anuência do CODEC – Conselho de Defesa dos Capitais do Estado, optou pelo pagamento à vista com a utilização dos prejuízos fiscais e da base negativa da CSLL para liquidação de multas e juros, no montante de R\$ 22.478. Ressalta-se que todos os tramites processuais com a adesão à Lei nº 11.941/2009 foram adotadas, restando, portanto, apenas a homologação dos valores pagos pela Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN.

## 17. Provisões judiciais

Os valores contabilizados são baseados nas estimativas elaboradas pelos advogados de forma individual, levando em conta a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, a sua complexidade, posicionamento dos Tribunais.

### 17.1 Provisões fiscais

#### INSS

Refere-se à autuação fiscal procedida pelo INSS, sob a alegação de não recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre valores pagos em dinheiro a título de vale-transporte, conforme Processo do INSS NFLD-DECAD 35.435.224-5 de 15.03.2002. Para garantia da demanda, a Companhia possui depósito judicial atualizado no montante de R\$ 966. Para a demanda em questão a COSESP obteve decisão parcialmente favorável.

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Provisões Fiscais	817	801
<b>Total</b>	<b>817</b>	<b>801</b>

## 17.2 Provisões trabalhistas

São processos de reclamações trabalhistas em curso, nos quais os advogados inferem, de forma individual, e entendem que a perda máxima provável alcance R\$ 11.763 (R\$ 10.101 em 31/12/2011).

Chances de Ocorrência	31/12/2012			31/12/2011		
	Qtde. ações	Valor em risco	Valor provisionado	Qtde. ações	Valor em risco	Valor provisionado
Provável	38	11.763	11.763	86	20.007	10.101
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>11.763</b>	<b>11.763</b>	<b>86</b>	<b>20.007</b>	<b>10.101</b>

## 17.3 Provisões cíveis

São processos judiciais nos quais os advogados inferem, de forma individual, e entendem que a perda máxima provável atinja R\$ 22.685 (R\$ 36.679 em 31/12/2011).

Chances de Ocorrência	31/12/2012			31/12/2011		
	Qtde. ações	Valor em risco	Valor provisionado	Qtde. ações	Valor em risco	Valor provisionado
Provável	90	22.685	22.685	491	186.185	36.679
<b>Total</b>	<b>90</b>	<b>22.685</b>	<b>22.685</b>	<b>491</b>	<b>186.185</b>	<b>36.679</b>

## 18. Passivos contingentes

A Companhia foi autuada em imposto de renda no valor aproximado de R\$ 5.055, relativo à glosa de comissões sobre os seguros objetos do Decreto Estadual nº 50.890/68 (Fundo Rural). Para o auto em questão foi efetuado depósito em garantia que atualizado na em 31/12/2012 montam R\$ 10.670. O advogado externo classifica a probabilidade de êxito possível.

### PIS e COFINS

A Companhia impetrou em 1999 ações judiciais nas quais questionava a legalidade da majoração da base de cálculo daqueles tributos, introduzidas pela Lei nº 9.718/1998. Estas ações judiciais foram transitadas em julgado com decisão favorável à Companhia. A partir do 2º semestre de 2009, com a aprovação da Lei nº 11.941/2009, que revogou o § 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/1998, a Companhia passou a recolher os referidos tributos sem a majoração da base de cálculo introduzida pela referida Legislação. Com o reconhecimento judicial da inconstitucionalidade da majoração da base de cálculo do PIS e da COFINS, pleiteado nas



ações judiciais, a Companhia apresentou pedidos de habilitação dos referidos créditos tributários junto a Receita Federal do Brasil - RFB.

## **19. Patrimônio líquido**

### **(a) Capital social**

Constituído por 120.000.000 de Ações Ordinárias Nominativas no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

### **(b) Reserva de lucro**

Constituída de acordo com o Estatuto Social, após considerar os dividendos obrigatórios, a reserva legal e os juros sobre o capital.

### **(c) Ações em tesouraria**

Aquisição de 67.644 ações ordinárias nominativas, pelo valor patrimonial, para manter em Tesouraria, sem redução do Capital Social, conforme Parecer CODEC nº. 021/2003 e Processo S.F. nº. 002-262990/1999;

### **(d) Dividendos**

O Estatuto Social determina a distribuição de no mínimo 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma da lei, após a dedução determinadas ou admitidas em Lei, bem como o pagamento sob a forma de juros sobre o capital próprio;

## 20. Principais ramos de atuação

RAMOS	31/12/2012				31/12/2011			
	PRÊMIO GANHO	SINISTRO OCORRIDOS	SINISTRA-LIDADE %	COMERCI A-LIZAÇÃO %	PRÊMIO GANHO	SINISTRO OCORRIDOS	SINISTRA-LIDADE %	COMERCI A-LIZAÇÃO %
Vida em Grupo	4.447	19.091	---	---	(8.573)	13.534	---	---
Outros	3	2.647	---	---	(70)	5.479	---	---
<b>TOTAL</b>	<b>4.450</b>	<b>21.738</b>	<b>---</b>	<b>---</b>	<b>(8.643)</b>	<b>19.013</b>	<b>---</b>	<b>---</b>

## 21. Prêmios emitidos líquidos

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Prêmios Emitidos	2.094	1.816
Prêmios Cancelados	(286)	(140)
Prêmios Restituídos	(57)	(8)
Prêmios de Retrocessões	4	5
<b>Total</b>	<b>1.755</b>	<b>1.673</b>

## 22. Variações das provisões técnicas de prêmios

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Variação da Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG	(24)	(2)
Variação da Provisão p/ Insuficiência de Prêmios - PIP	2.705	(10.324)
Variação da Provisão Complementar de Prêmios - PCP	14	10
<b>Total</b>	<b>2.695</b>	<b>(10.316)</b>

## 23. Sinistros ocorridos

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Indenizações avisadas administrativas	(4.384)	(6.512)
Indenizações avisadas judiciais	(19.266)	(14.930)
Despesas com sinistros administrativas	(76)	(99)
Despesas com sinistros judiciais	(1.421)	(1.537)
Recuperação de sinistros	3.124	4.092
Salvados e Ressarcimentos	86	72
Variação da prov. sinistros ocorridos mas não avisados	199	(99)
<b>Total</b>	<b>(21.738)</b>	<b>(19.013)</b>

**24. Outras receitas e despesas operacionais**

Descrição	31/12/2012	31/11/2011
Provisões Judiciais	(10.234)	9.026
Provisão para Riscos de Créditos	(3.407)	(1.097)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(267)	(179)
<b>Total</b>	<b>(13.908)</b>	<b>7.750</b>

O resultado positivo nas provisões judiciais na data-base de 31/12/2011, refere-se à manutenção de êxito, referendado/mantido em recurso de apelação interposto pela Cosp, com acórdão publicado em 19/05/2011 e com intimação em 03/06/2011, contra sentença parcialmente procedente, em processo de cobrança de indenização por danos materiais e morais, cuja ação foi aforada na Comarca da Capital do Espírito Santo. A reversão da provisão mencionada proporcionou um acréscimo no resultado do exercício de 2011 no montante R\$ 21.149, contabilizado nas seguintes rubricas: a) Outras Receitas e Despesas Operacionais R\$ 10.748 e b) Despesas Financeiras R\$ 10.401 (juros de mora e atualização monetária).

**25. Despesas administrativas**

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Despesas com Pessoal	(6.449)	(6.461)
Provisões Trabalhistas	(1.349)	485
Serviços de Terceiros	(920)	(1.002)
Localização e Funcionamento	(675)	(647)
Imobilizado	(400)	(481)
Publicações	(155)	(174)
Outras Despesas	(90)	(89)
<b>Total</b>	<b>(10.038)</b>	<b>(8.369)</b>

**26. Despesas com tributos**

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Despesas com PIS / COFINS	(153)	(3)
Despesas com Taxa de Fiscalização	(598)	(448)
Despesas com Impostos Municipais / Estaduais	(197)	(186)
<b>Total</b>	<b>(948)</b>	<b>(637)</b>

**27. Resultado financeiro** – O montante de R\$ 25.154 (R\$ 38.758 em 31/12/2011), tem a seguinte composição:

**(a) Receitas financeiras**

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Receitas com ações	1.425	1.324
Quotas de Fundos de Investimentos	27.152	37.739
Operações de Seguros	14	18
Processos e Depósitos Judiciais e Fiscais	6.975	9.406
Outras Receitas	149	118
<b>Total</b>	<b>35.715</b>	<b>48.605</b>

**(b) Despesas financeiras**

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Juros e Atualizações das Provisões de Sinistros	(9.889)	(14.730)
Juros e Atualizações das Provisões Cíveis, Trabalhistas e Tributárias	(613)	4.945
Outras Despesas	(59)	(62)
<b>Total</b>	<b>(10.561)</b>	<b>(9.847)</b>

O resultado positivo nos Juros e Atualizações das Provisões Cíveis na data-base 31/12/2011, refere-se à manutenção de êxito parcial, referendado em recurso interposto pela Cosesp contra sentença parcialmente desfavorável em processo de cobrança na Comarca do Espírito Santo, conforme nota 24.

**28. Resultado patrimonial**

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Receitas com imóveis destinados à renda - alugueis	1.791	1.692
Despesas com depreciação / outras	(477)	(502)
<b>Total</b>	<b>1.314</b>	<b>1.190</b>

**29. Transações com partes relacionadas**

A Administração identificou como partes relacionadas seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 05. A remuneração paga aos administradores, registrada na rubrica “Despesas administrativas”, referentes a benefícios de curto prazo, totalizou no exercício de 2012 o montante de R\$ 893 (R\$ 1.070).

### 30. Conciliação do imposto de renda e contribuição social

Descrição	31/12/2012		31/12/2011	
	IRPJ	CSL	IRPJ	CSL
Resultado antes de tributos e após participações	(15.242)	(15.242)	11.380	11.380
( - ) Juros sobre o Capital Próprio	0	0	5.245	5.245
Resultado antes de Impostos e Participações	(15.242)	(15.242)	6.135	6.135
( +/- ) Ajustes temporários	(11.797)	(11.797)	(18.558)	(18.557)
( +/- ) Ajustes permanentes	(345)	(337)	310	317
<b>Base de cálculo dos tributos</b>	<b>(27.384)</b>	<b>(27.376)</b>	<b>(12.113)</b>	<b>(12.105)</b>
IRPJ à alíquota de 15% / Adicional de IRPJ à alíquota de 10%	-	-	-	-
Contribuição Social à alíquota de 15%	-	-	-	-
<b>Valor do IRPJ/CSLL</b>	-	-	-	-
Reversão / constituição de crédito tributário	-	-	21	11
Reversão / constituição de tributos diferidos	(126)	(76)	(126)	(76)
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizados</b>	<b>(126)</b>	<b>(76)</b>	<b>(105)</b>	<b>(65)</b>

Os valores de ajustes temporários referem-se, basicamente, à reversão de provisões judiciais indedutíveis da apuração do lucro real.

### 31. Conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(15.040)</b>	<b>11.550</b>
Depreciações e Amortizações	861	943
Lucro na venda de Investimentos ou Imobilizados	(35)	-
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Varição das Aplicações	30.998	6.026
Varição dos Créditos das Operações com Seguros e Resseguros	251	(242)
Varição de Títulos e Créditos a Receber	21.524	(17.940)
Varição de Outros Valores e Bens	15	128
Varição das Despesas Antecipadas	2	-
Varição dos Custos de Aquisições Diferidos	(1)	-
Varição de Contas a Pagar	(342)	(1)
Varição de Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	22	5
Varição de Provisões Técnicas - Seguros e Resseguros	(25.461)	23.575
Varição de Outras Provisões Judiciais	(12.316)	(18.605)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>478</b>	<b>5.439</b>

### **32. Outras informações – não auditadas**

A Companhia mantém seguro sobre seus bens, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas.

**PARECER ATUARIAL**

**ANO-BASE: 2012**

**AOS DIRETORES E ACIONISTAS DA**

**COSESP - COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

1. Em conformidade com o disposto na Resolução CNSP nº 135, de 11/10/2005, e na Circular SUSEP nº 272, de 22/10/2004, realizamos a Avaliação Atuarial das provisões técnicas dos ramos de seguro operacionalizados pela COSESP – Companhia de Seguros do Estado de São Paulo, do exercício de 2012, verificando também o Teste de Adequação de Passivo de acordo com a Circular SUSEP nº 457, de 14/12/2012.
2. A Avaliação Atuarial compreende o recálculo das provisões técnicas para os períodos de competência dos riscos assumidos pelos contratos de seguros em vigor nas datas-base de 30/09/2012, 31/10/2012, 30/11/2012 e 31/12/2012.
3. Nossos trabalhos foram desenvolvidos de acordo com metodologias atuariais internacionalmente aceitas e aderentes à legislação em vigor, tendo como objetivo a determinação dos compromissos financeiros que a Seguradora terá com o pagamento dos eventos já ocorridos e que ainda irão ocorrer e com a manutenção dos custos administrativos de todos os contratos de seguros em vigor nas datas-base analisadas, independentemente da emissão de novos prêmios.
4. Os resultados apurados na Avaliação Atuarial e no Teste de Apuração de Passivo (TAP) demonstram que as provisões técnicas contabilizadas nas datas-base analisadas estão adequadas, inclusive a provisão de insuficiência de prêmios constituída, bem como não foi detectada nenhuma situação relevante que comprometa a solvência atuarial da Seguradora.

São Paulo, 18 de janeiro de 2013

**Exacttus Consultoria Atuarial  
Ltda.**

CNPJ nº. 08.401.127/0001-03

CIBA nº. 111

**Miki Massui**

Atuária MIBA nº. 825

**COSESP – Companhia de  
Seguros do Estado de São  
Paulo**

**Gilberto Antonio Gonçalves  
Pucci**

Diretor Técnico

MIBA nº. 1044

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos

Administradores e Acionistas da  
Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COESP  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COESP ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeira da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis



feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

## **Ênfases**

### **Contratos de seguro em discussão judicial**

Conforme detalhado na nota explicativa nº 3.7 ii, por determinação judicial, determinadas apólices do ramo vida vêm sendo reativadas sem previsão de reajuste do prêmio por mudança de faixa etária dos segurados. A Companhia tem apresentado recursos contra essas decisões judiciais sendo incerto o desfecho final dos processos judiciais em curso. Para fazer face à possíveis desequilíbrios atuariais que possam se materializar caso as ações em curso sejam julgadas, em última instância, desfavoravelmente à Companhia, vem sendo constituída uma Provisão para Insuficiência de Prêmios que monta em 31 de dezembro de 2012 a R\$ 7.619 mil. Essa provisão considera todas as ações julgadas desfavoravelmente à Companhia, e outros pressupostos que estão descritos na referida nota explicativa. O valor dessa provisão é revisto periodicamente na medida em que as ações judiciais são julgadas nas diversas instâncias. Nossa opinião não contém ressalva em relação a este assunto.

## **Continuidade**

Conforme nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, desde o exercício de 2007, em virtude do processo de encerramento de seus negócios a Companhia não mais comercializa novos seguros de pessoas e de bens. Em 25 de julho de 2009, a Procuradoria Federal indeferiu pedido de reconsideração formulado pela Companhia contra o indeferimento do pedido de autorização prévia para ingressar em regime de liquidação voluntária. A reativação provisória de apólices do ramo vida em grupo por ordens judiciais ordenadas por juízes em decisões de tutela antecipada, medida cautelar ou medida liminar passaram a serem proferidas desde o exercício 2007, obrigando a Companhia a manter a cobertura securitária. Em 22 de dezembro de 2009 porém, a Lei Estadual nº 13.917 autorizou o Poder Executivo do Estado de São Paulo a alienar as ações de propriedade do Estado, representativas do capital social da Companhia, bem como deliberar a sua liquidação e subsequente extinção. Considerando o indeferimento do pedido de liquidação

da Companhia pela Procuradoria Federal, a Administração da Companhia continua preparando as demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade normal dos negócios. Assim, as demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores dos ativos ou a classificação de passivos bem como, seus efeitos no patrimônio líquido ajustado caso a Companhia venha a ser liquidada e subsequentemente extinta. Nossa opinião não contém ressalva em relação a este assunto.

#### **Adesão ao plano de parcelamento de débitos federais**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, às demonstrações financeiras, a Companhia aderiu ao programa de parcelamento ou pagamento de dívida, nos moldes do emanado pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 declinando do processo que discutia a constitucionalidade da Lei nº 8.981/95. Como previsto na referida Lei, a Companhia efetuou os trâmites legais restando a homologação dos valores, que dependerá de aprovação por parte das autoridades fiscais. Nossa opinião não contém ressalva em relação a este assunto.

São Paulo, 31 de janeiro de 2013

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Luciene Teixeira Magalhães  
Contadora CRC 1RJ079849/O-3 S-SP

Leonardo de Assis Portugal  
Contador CRC 1RJ079932/O-1 S-SP

## **Parecer do Conselho Fiscal**

O Conselho Fiscal da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COESP, representado pelos membros efetivos que este subscrevem, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, à vista do relatório dos Auditores KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

O Conselho Fiscal, por unanimidade, à vista das verificações realizadas ao longo de todo o exercício social, é de opinião que referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Companhia e reúnem condições de ser submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas da Empresa.

São Paulo, 28 de janeiro de 2013.

**Maria Constança Figueiredo**

**Alexandre Artur Perroni**

**Nelson Okamura**

## **Subscritores das Demonstrações Financeiras**

### **Conselho de Administração**

Andrea Sandro Calabi – Presidente

Hamilton Chohfi – Membro

Mauro Ricardo Machado Costa – Membro

Milton Luiz de Melo Santos – Membro

### **Diretoria Executiva**

Hamilton Chohfi – Diretor Presidente

Gilberto Antonio Gonçalves Pucci – Diretor

### **Responsáveis Técnicos**

Gilberto Antonio Gonçalves Pucci – Atuário MIBA nº. 1.044

Marcos da Paz da Silva – CRC 1SP218980/O-0